

UM FERIADO PARA COMEMORAR: A MEMÓRIA EM FORMA DE CALENDÁRIO

JOSÉ LUCIANO DE QUEIROZ AIRES¹

Nessa comunicação, analisamos mais um *lugar de memória* do movimento de 1930: a institucionalização do feriado de 26 de julho, em alusão à morte do ex-presidente João Pessoa. Focamos as práticas de comemorações cívicas ocorridas anualmente, quando se celebrava o mito. O recorte temporal que fizemos para essa análise, coincide com os marcos divisórios da chamada Era Vargas (1930-1945), tendo em vista que os entendemos emblemáticos, na média duração, no que concerne à produção e à socialização da memória histórica oficial do movimento de 1930.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM FERIADO: A MARCA DA MEMÓRIA

A festa tem sempre uma função pedagógica e **unificadora**, reduzindo as diferenças existentes. (OLIVEIRA, 1989, p. 2, grifos nossos).

Sendo o calendário uma construção cultural, muito embora muitos povos tenham tomado a natureza como parâmetro para elaboração destas marcas do tempo, é uma forma do Homem se situar no mesmo, localizando acontecimentos, podendo julgá-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade. Como construção histórica, pois, sofre as interferências dos seres humanos e se adéqua a diversos interesses. Um exemplo, dentre tantos, é o calendário revolucionário francês, dando denominações aos meses de forma a rememorar a Revolução de 1789. A institucionalização de um feriado exemplifica essa busca de controle do tempo pelo Homem, uma vez que se constitui como um momento de suspensão do cotidiano em que se demarca algum evento especial. Há, portanto, uma pausa no ritmo diário do trabalho e da dinâmica do dia-a dia para a realização das comemorações.

¹ O Autor é Professor de História da UAEDUC/CDSA da Universidade Federal de Campina Grande. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E mail: joseluciano9@gmail.com.

A comemoração pretende exorcizar o esquecimento (LIPPI, 1989, p. 2), de modo que os organizadores das festas revolucionárias procuram, anualmente, afirmar a revolução, ensinando-a a quem não a conheceu diretamente. (OZOUF, 1988, p.219).

Passemos às comemorações do aniversário de morte de João Pessoa. Inicialmente, faz-se importante recorrermos ao projeto de lei que alterou o calendário da Paraíba, instituindo o 26 de julho como feriado estadual, o ato instituinte:

Projecto Nº 1- A Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, Resolve:- Art. 1º- Considera-se feriado estadual o dia vinte e seis de julho, em homenagem ao inolvidável presidente João Pessoa. Art 2º- Revogam-se as disposições em contrário. Assembléa Legislativa da Parahyba, 12 de agosto de 1930. (a)- Argemiro de Figueiredo. (Livro de Atas da Assembléa Legislativa da Paraíba).

Em sessão legislativa do dia anterior à apresentação desse projeto, os deputados haviam votado e aprovado um minuto de silêncio em homenagem à memória de João Pessoa. No dia seguinte, era apresentado o primeiro de tantos outros projetos que criavam *lugares de memória* do presidente morto. Como ocorreria em setembro de 1930, com a apresentação do projeto que propunha a mudança do nome da capital, o autor da propositura que alterava o calendário cívico da Paraíba, foi o deputado campinense Argemiro de Figueiredo, cujo perfil político já fizemos notar no segundo capítulo desse trabalho. No dia 27 de agosto de 1930, ocorrera a primeira discussão do projeto. No dia seguinte, o deputado Generino Maciel recomenda que o mesmo seja enviado à Comissão de Justiça, sendo aprovado, por unanimidade dos votos, na sessão do dia 3 de setembro, e sancionado pelo presidente Álvaro de Carvalho, como Lei nº 702, de 9 de setembro de 1930.

Foi, sem sombra de dúvida, a primeira intervenção oficial na construção da memória de João Pessoa e da “Revolução de 30”, demonstrando que, como fizeram os franceses, “*a alteração do calendário pode ser tomada como um exemplo extremo de que controlar o tempo se torna essencial ao poder*”. (OLIVEIRA, 1989, p. 2). A partir de então, essa data, expressão de *lugar de memória*, se transformaria, anualmente, em “ *festa capaz de mobilizar uma cidade ou parte dela, interrompendo o funcionamento das instituições públicas, a rotina de trabalho, alterando o fluxo e o movimento das ruas...*” (SOUZA, 1999, p. 214-215).

Tomando por base a institucionalização do feriado de 26 de julho, buscamos compreender a criação e a apropriação feitas por parte do Estado, desse *lugar de*

memória, dando visibilidade maior, já que é a proposta desse capítulo, ao papel das escolas paraibanas e às práticas desenvolvidas no dia do aniversário de morte do ex-presidente João Pessoa.

Partindo da idéia de um Estado Nacional centralizado, após 1930, cuja intervenção no ensino de História se fazia notar no currículo, que primava pelo realce aos vultos da Pátria, colocam-se alguns questionamentos: Como foi possível celebrar e comemorar um “herói” paraibano? Que práticas culturais-simbólicas compunham a programação dessas festas cívicas? Qual o papel da escola nesse universo simbólico da comemoração?

O nacionalismo era a tônica da Era Vargas. Sendo dessa forma, João Pessoa passa à condição de “herói” nacional como uma construção histórica da Aliança Liberal. A documentação que analisamos, é enfática em mostrar a imagem de João Pessoa como “vulto da pátria”, como “herói” da História nacional. Senão, vejamos:

(...)Seus passos ficaram marcados na **história nacional** e só a lembrança do seu nome equivale a um depoimento justificativo da sua superioridade. (...) É que esse homem foi um assombro da **pureza republicana**, tendo pela Pátria um culto inverossimilhante alto e absorvente. Foi por ele que **os olhares do Brasil se fixaram na Paraíba**, tornada, então, barreira aos desmandos de uma época mais do que calamitosa para o país. (Jornal *A União*, 26 jul. 1944, grifos nossos).

Esse trecho é bastante relevante no tocante à inserção de um mito que veio reafirmar a identidade de um povo bravo e resistente, o paraibano, mas no contexto do Estado Nacional centralizado. Essa era a visão de mundo do grupo da Aliança Liberal na Paraíba, que buscava articular-se ao quadro político nacional. Por outro lado, tudo que o varguismo queria, era evitar os regionalismos em favor do nacionalismo, daí, parece que a solução encontrada para a questão de alguns mitos regionais, era cultuá-los como “heróis da Pátria”. Assim também ocorreu, na mesma época, com o mito dos bandeirantes, de modo que o *“passado bandeirístico legitimava ainda a dominação paulista frente ao Brasil, porque havia sido o bandeirante quem dilatara a pátria, implantando uma conduta disciplinadora pela ação guerreira e mística”*. (BITTENCOURT, 1990, p. 187). Mas, desta feita, o bandeirante aparece nitidamente como “herói da Pátria”.

Outra questão interessante, na citação acima, é a utilização da memória mitificada de João Pessoa como forma de legitimar o regime republicano, sobretudo, da segunda

república. A documentação que trabalhamos, é rica em afirmações que buscam uma linearidade de “heróis” que sempre lutaram pela república, desde os tempos coloniais até o presidente João Pessoa. Reiterar a paraibanidade, heróica e republicana, estava sempre na ordem do dia, como podemos perceber a seguir:

João Pessôa, pelo cunho excepcional das circunstâncias que lhe cercaram a ação e o sacrifício e pelo sentido grandioso e profundo da sua atitude perante a história política do Brasil, avançou sôbre o futuro. Antecipou-se á consagração da posteridade. Póde-se dizer que, na mesma hora em que êle tombou, fez-se em torno do seu nome êsse halo de imortalidade e de glória que circunda um **Tiradentes, um Miguelinho, um Frei Caneca**. Um dêsses símbolos impressionantes e eternos do idealismo e da bravura do homem consubstanciado numa causa libertária e generosa. (Jornal *A União*, 26 jul. 1938, grifos nossos).

Pelo visto, o discurso acima enunciado, tem uma conotação bastante predestinada, João Pessoa parece escrever o futuro, à luz de mitos do passado.

Fazendo uso da epígrafe com que abrimos esse ponto de nosso trabalho, não podemos pensar nas festas cívicas sem as remetermos para a sua função pedagógica. A historiadora Souza (1999, p. 235), analisando as festas cívicas, no contexto da transição do Brasil colonial para o Império, alude ao fato de que “*essa festa de intenso teor político precisava dizer algo, dirigir-se ao povo, enviando-lhe uma mensagem sobre o assunto da separação entre Brasil e Portugal*”. E afirma que “*este gênero de festa tinha horror ao nada dizer ou conseguir comunicar, ao vazio, ao silêncio dos espectadores ou a sua recusa em participar*” (SOUZA, 1999, p. 235). Tais comemorações, portanto, objetivavam, no caso citado pela autora e, com a participação da população, a consolidação do processo de adesão à figura de D. Pedro I.

A pedagogia das festas comemorativas da memória de João Pessoa, como o “herói da Revolução de 1930”, também tinha uma mensagem a passar, como forma de dar legitimidade ao Estado Nacional varguista e seus representantes no controle do aparelho de estado paraibano. Colar na imagem mítica de João Pessoa tinha por finalidade justificar os governos que foram se sucedendo de 1930 a 1945. Com o artigo escrito por José Fernandes de Luna, para o Jornal *A União*, podemos exemplificar a questão:

Não é necessário ser muito perspicaz para reconhecer o traço de **semelhança que há entre o nosso atual interventor e o presidente João Pessôa**. Como êste, Ruy Carneiro experimentou anos de lutas e sacrifícios até alcançar a posição de relêvo que hoje desfruta. Desde os dias agitados da campanha redentora de 1930, esse jovem governante tem pautado as suas ações pelos princípios sadios e humanitários do Grande Presidente. Como êle, ainda,

Ruy Carneiro e o seu povo fortalecem a coluna ativa da Democracia Brasileira, **lutando pela União Nacional em torno de Getúlio Vargas, para que o Brasil progrida num ambiente de tranqüilidade e mútua compreensão.** (Jornal *A União*, 26 jul. 1944, capa, grifos nossos).

Nessa citação, vemos o caso do estabelecimento da continuidade histórica entre Ruy Carneiro e João Pessoa, mas a documentação oficial é farta dessas bricolagens presente-passado com os outros interventores/governador, a saber: José Américo (1930), Antenor Navarro (1930-1932), Gratuliano de Brito (1932-1934), Argemiro de Figueiredo (1935-1940) e o próprio Ruy Carneiro (1940-1945). Outra questão perceptível na referida citação é a reprodução, nos estados, do projeto político-ideológico do Estado Nacional. Os interventores serão coadjuvantes na reiteração do nacionalismo autoritário, sobretudo, a partir de 1937, com o golpe do Estado Novo. Em resumo: a cada ano que se celebrava o aniversário de morte de João Pessoa, havia a legitimação do governo paraibano e da ideologia do Estado Nacional varguista.

Festejava-se por toda parte, do recinto de várias instituições à praça pública. Esta se torna lugar privilegiado para as comemorações cívicas, uma vez que “educa” as pessoas que não freqüentavam as escolas, misturando, num espaço único, uma diversidade de sujeitos: alunos, famílias, autoridades e a população, de um modo geral. Constitui-se um método educacional de vasto alcance e preenche as expectativas dos organizadores das festas.

AS PRÁTICAS COMEMORATIVAS SOBRE JOÃO PESSOA

Falar em organizadores das festas suscita entrarmos na discussão das outras questões propostas anteriormente: as práticas constitutivas das comemorações e o papel das instituições em tais festejos, sobretudo, a instituição escolar.

Pelo que pudemos apurar, a sistematização das festas cívicas do 26 de julho, na Paraíba, estava a cabo do Centro Cívico “João Pessoa” e do Estado, como instituições diferentes, porém, compostas, basicamente, pelas mesmas pessoas.

Nossa leitura conceitual de Estado, nessa análise, fundamenta-se na teoria do marxista italiano Antonio Gramsci. Partindo da noção de *Estado Ampliado*, Gramsci entende o Estado abrangendo tanto o aparelho repressivo (sociedade política) quanto os aparelhos ideológicos (sociedade civil), sendo que, ambos, de uma forma ou de outra, cumprem a missão de produzir e reproduzir a hegemonia.

É o que podemos ver no pós-1930, na Paraíba, com a devida cautela nos usos dos conceitos. Tanto a sociedade política quanto a sociedade civil estavam mobilizadas para manter a hegemonia do bloco histórico vitorioso após a “Revolução de 1930”. No caso das festas cívicas do 26 de julho, a sociedade civil participa de forma atuante, destacando-se, na organização das comemorações. Dentre suas instituições, podemos apontar: o Centro Espírita “Tomaz de Aquino”; as escolas (Escola de Aprendizes Artífices, Academia de Comércio “Epitácio Pessoa”, Liceu Paraibano, Colégio Diocesano, Instituto Comercial “João Pessoa”, apenas para citar as mais importantes); a Associação Paraibana de Imprensa; a Rádio Tabajara; a Rádio Club da Parahyba; o Jornal *A União*; a Igreja Católica; os sindicatos e associações (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento, Cal e Gesso, Centro Beneficente Paraibano, Centro Proletário “Alberto de Brito”, Liga Beneficente Operária, União Beneficente do Trabalhador, Aliança Proletária Beneficente, Sociedade Literária Ruy Barbosa); entidades de Cultura e Desporto (Sport Club “João Pessoa”, Liga Suburbana de Desporto, orfeões, bandas de músicas, etc).

Todas essas instituições, além de participarem das festas na praça pública, também realizavam sessões cívicas no interior de seus recintos. Fazia-se questão de noticiar o ato cívico, pelas páginas oficiais do Jornal *A União*.

No primeiro ano após a morte de João Pessoa, as comemorações tiveram uma dimensão de largas proporções, certamente porque ainda era bastante recente o fato. Houve programação por uma semana inteira, cada dia reservado a um determinado setor da sociedade. O quadro acima evidencia o quanto a festa tinha objetivos de construir uma coesão social. A praça pública tornou-se um espaço de pretensa unidade e, ao mesmo tempo, de segmentação. Isso porque o Estado, com o fim de tornar coletiva a memória de João Pessoa, e assim, buscar legitimar-se, procurava apoio nos diversos segmentos sociais. Interessante observarmos a teia de relações institucionais construída no momento de comemoração cívica do 26 de julho. Poderíamos resumir dessa forma: escola-Estado, sindicatos-Estado, militares-Estado, Associação Comercial-Estado, Funcionários públicos-Estado e Igreja Católica-Estado. Nessa teia de relações, havia espaços que funcionavam de forma simbólica. Como vimos no quadro acima, cada dia estava reservado à comemoração por parte de determinados setores da sociedade. Sendo assim, cada grupo social, ao realizar a romaria ao Altar da Pátria, partia de um espaço

material e simbolicamente representativo de seu grupo e/ ou classe. Por exemplo: os estudantes, professores e diretores ficavam próximos ao Altar da Pátria, de frente à Escola Normal, a fim de recepcionarem o interventor e sua comitiva oficial, que traziam a efígie de João Pessoa para colocá-la no referido altar. Os operários e trabalhadores, de um modo geral, partiam da Praça do Trabalho; as “classes armadas” tomavam como ponto de partida os quartéis; os comerciantes, por sua vez, saíam da Associação Comercial; o clero e Associações de Caridade reuniam-se na catedral; todos em direção ao Altar da Pátria, rumando ao encontro da efígie do mito João Pessoa e dos representantes do Estado que lá estavam.

Se o objetivo dos organizadores das festas era promover a coesão social em torno de um elemento congregador, o culto à memória de João Pessoa, por outro lado, podemos perceber nitidamente a segmentação social, demonstrada pela programação, cada qual no seu canto, em seu lugar institucional mas de acordo com uma “ordem”.

A maior demonstração dos usos político-ideológicos das festas cívicas do 26 de julho pode ser vista na idéia de continuidade histórica da obra de João Pessoa. Ao passo que se cultuava o mito, também se homenageava os governantes da época, como seguidores das práticas “modernas” de administração do presidente morto. No Jornal *A União*, podemos observar que, ao lado da fotografia de João Pessoa, estava o interventor federal que estivesse no cargo, na ocasião. Celebrava-se o morto e homenageava-se o vivo, aquele que podia realizar a “grande obra” do presidente João Pessoa. Também podemos ver, sobretudo nos primeiros anos das comemorações do 26 de julho, os governantes aproveitando o feriado mítico para inaugurações de obras, mais precisamente, aquelas que João Pessoa iniciara. Na semana de comemorações em 1931, no dia 26 de julho, o interventor Antenor Navarro inaugurou o Pavilhão do Chá e a Ponte do Mulungú, divulgou a continuidade da construção da obra do Hotel Parahyba e assinou o contrato para a construção do Porto de Cabedelo, todas as obras, apostas no periódico oficial como a continuação do programa de governo de João Pessoa.

As comemorações, porém, não se restringiam à Paraíba. Na capital federal, o Presidente da República, Getúlio Vargas, e comitiva faziam uma romaria ao cemitério São João Batista, cultuando a memória de João Pessoa, diante do monumento erguido em homenagem ao ex-presidente da Paraíba.

A partir de 1932, as festas eram realizadas apenas no dia 26 de julho, em diversas instituições, e em vários municípios paraibanos. A programação se iniciava com a “missa de réquiem”, seguida de uma romaria em direção ao Altar da Pátria.

Nesse ano, o 22º BC, símbolo da tomada do poder em 1930, quando os insurretos iniciaram o movimento na Paraíba, desfilou nas ruas do Rio de Janeiro entoando o hino de João Pessoa. Pelo que podemos analisar, tomando como contexto a rebelião paulista de 1932, a memória do ex-presidente paraibano era por demais utilizada como demonstração de apoio do Norte ao governo Vargas. De modo que, do ponto de vista simbólico, o desfile representava de que lado estava a Paraíba naquele conflito, o apoio a Vargas, que se fez, inclusive, no plano militar, quando o interventor Gratuliano de Brito enviou tropas da Polícia Militar da Paraíba a fim de combaterem os paulistas.

O Altar da Pátria se constituiu como lugar sagrado e cívico, santificando João Pessoa para legitimar seus herdeiros políticos no controle do aparelho de Estado paraibano. As pessoas adoravam o altar de João Pessoa, tal qual adoram, nas igrejas, o Santíssimo Sacramento. Se tratava de uma construção imponente, iluminada, na qual, na base, se encontrava uma imensa efígie de João Pessoa. No centro, podemos ver a Bandeira do Nego, já no seu formato atual, como uma representação da Paraíba sobressaindo-se perante os demais estados que se encontram, ordenadamente, em placas, na torre do referido altar. É um símbolo do nacionalismo varguista, da pretensa união dos estados em torno do projeto desenvolvido por Getúlio, após o movimento de 1930, e a reestruturação do novo Estado nacional brasileiro.

Em 1933, devido à proximidade da inauguração do monumento a João Pessoa, o qual analisamos no segundo capítulo, a comemoração oficial ocorreu de forma mais simples, resumindo-se à tradicional “missa de réquiem”, romaria ao Altar da Pátria e discursos. De 1934 a 1945, após a celebração religiosa na catedral, a romaria tomava o rumo da Praça João Pessoa, comemorando ao pé do monumento do ex-presidente. *“Cada cidadão permanecerá ao pé da estátua cerca de meia hora, em turmas previamente organizadas”*, (Jornal *A União*, 23 jul. 1935, capa), sendo que havia inscrições, na sede do jornal oficial do governo, para quem se dispusesse a participar do ritual da guarda ao monumento.

Após esse breve histórico, retomamos à questão da sociedade civil paraibana e à reprodução da ideologia dos grupos dominantes, utilizando as festas cívicas de forma pedagógica.

Vamos começar com a imprensa. A Rádio Tabajara, órgão estatal, criada em 1937, durante o governo Argemiro de Figueiredo, além de transmitir, ao vivo, toda a programação dos festejos do 26 de julho, na praça pública, dedicava um programa em homenagem a João Pessoa, intitulado “A Hora do Grande Presidente”. Em alguns municípios do interior, a transmissão de suas festividades era operada pela tradicional difusora local. Além do rádio, que se constituía como veículo de propaganda oficial, também atuavam os jornais, merecendo destaque o estatal *A União* e o jornal católico *A Imprensa*. Pelo que pudemos averiguar no trabalho de investigação que realizamos, sobretudo no primeiro, a partir do dia 23 de julho de cada ano, o periódico iniciava as notícias das comemorações, com convite do governo e do Centro Cívico e sinalizando com a programação. Passado o dia 26, continuava a divulgar matérias sobre o evento, inclusive, transcrevendo cópias de telegramas recebidos de demais municípios, comunicando sobre a realização de rituais cívicos. Nos primeiros anos, o Jornal *A União* ainda trazia, na primeira página, a foto do ex-presidente João Pessoa, de corpo inteiro.

Santana (1999, p. 246) realça o papel da imprensa no governo Argemiro de Figueiredo (1935-1940), melhorando o parque gráfico do Jornal *A União*, inaugurando a Rádio Tabajara e criando serviços radiofônicos nos municípios paraibanos, transmitindo sua palavra meia hora antes do programa “Voz do Brasil”. A autora ainda destaca trecho de um discurso de Argemiro, no qual enfatizava o papel educativo da referida emissora de rádio.

As religiões também se colocavam como aparelhos ideológicos, nesse particular. Além do Centro Espírita “Tomaz de Aquino”, que realizava sessão solene naquela instituição, era a religião Católica o grande baluarte das comemorações cívicas. Nesse momento, a instituição vinha em processo de reconciliação com o Estado, após a “separação” ocorrida legalmente com a Constituição de 1891. No início da Era Vargas, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que defendia uma escola laica, pública, gratuita e nacional, verificou-se a oposição de setores católicos, como era de se esperar. Entretanto, no ministério de Capanema, Estado e Igreja Católica se reaproximaram. (BITTENCOURT, 1990, p. 24).

Poucas eram as solenidades que não começavam por uma missa pela alma de João Pessoa. O início da programação das festas na capital sempre se dava com a “missa de réquiem”, assim que amanhecia o dia 26 de julho. Na maioria delas, era o próprio arcebispo, o celebrante. Da catedral metropolitana, autoridades e população realizavam uma romaria em direção ao monumento do ex-presidente.

A preocupação com as classes trabalhadoras, por parte do governo, fica evidente no tocante à participação de associações e sindicatos na programação cívica do 26 de julho. Reproduzindo o que ocorria a nível nacional, o Estado se colocava como árbitro das questões envolvendo patrões e empregados, justamente para evitar a luta de classes. Igreja, Estado, escolas, meios de comunicação, etc, se encarregavam de difundir a propaganda anti-comunista e veicular como “ideal” os princípios totalitários circulantes no cenário internacional.

Em diversos municípios da Paraíba, no auge do argemirismo, foram implantadas Comissões Nacionais de Propaganda Sistemática contra o Comunismo, das quais muitos membros eram professores, médicos, padres, jornalistas, advogados, dentre outros profissionais liberais. (SANTANA, 1999, p.238/239).

No primeiro ano da comemoração, o proletariado prestou homenagem à memória de João Pessoa, ao colocar, na Praça do Trabalho, um bloco de pedra pesando vinte e duas toneladas. Neste bloco, foram apostas uma coroa de louro e uma placa de bronze, cujos dizeres aludiam à homenagem dos trabalhadores paraibanos ao presidente morto. Houve uma solenidade, inclusive, com a participação do interventor, ao transportar-se o referido bloco da estação da “*Great Western*” para a citada praça.

Gurjão (1994) ressalta que as relações entre os trabalhadores operários e os dois primeiros interventores ocorreram, relativamente, de forma amistosa, tendo se alterado a partir de 1934/1935, durante o governo de Argemiro de Figueiredo. Para a autora:

(...) o culto à memória de João Pessoa de certa forma, unia a classe subalterna ao projeto político da interventoria. Acrescente-se o impacto das obras contra as secas e a decretação das leis trabalhistas como instrumentos de persuasão inculcando a imagem do Estado protetor. (GURJÃO, 1994, p.150)

Logo após o movimento de outubro de 1930, a interventoria promoveu um Congresso Operário, cuja abertura foi solenemente revestida de uma homenagem à memória de João Pessoa. O Jornal *A União* (9 nov. 1930) assim se reporta àquele momento:

Instalação onte-ontem no Teatro Santa Rosa do Congresso Proletário, na ocasião o retrato de João Pessoa envolvido com os pavilhões da República e da Paraíba, ocupava no recinto o logar de maior destaque. O senhor Fiúza Lima, que presidiu a sessão, pediu que todos permanecessem de pé, por um minuto, em silêncio como homenagem ao grande e inolvidável estadista sacrificado pela inveja e pelo ódio dos poderosos de então e ainda como reverência a memória dos proletários mortos na Revolução.

Fazemos coro com Gurjão (1994, p. 117), ao demonstrar o quanto a memória de João Pessoa era utilizada, ideologicamente, como forma de unir a classe subalterna ao projeto político do bloco dirigente. A legislação trabalhista se encarregara de consolidar a cooptação do operariado. Quanto aos trabalhadores do campo, as “obras contra a seca” funcionavam de modo a expressar a imagem paternalista do Estado e construir a imagem de Vargas e José Américo como “pais dos pobres”.

Pelo visto, e pesquisado, sempre as classes trabalhadoras participavam da festa oficial. Em 1937, na efervescência da repressão e às vésperas do golpe do Estado Novo, o Centro Beneficente Paraibano se fizera representar nas comemorações, por intermédio de um discurso de Lourenço da Graça, orando como representante do operariado. Repetiu a participação nos anos de 1938 a 1943, até onde pudemos apurar. Assim, parece procedente a afirmativa de Gurjão (1994, p. 169), ao assegurar que

(...) dirigentes de entidades operárias, a partir de então (**período da repressão argemirista**), sempre aparecem nas cerimônias oficiais, ao lado das autoridades, cooptados, portanto, pelo regime, fornecendo a impressão de que ele contava com o respaldo popular. Complementando o trabalho ideológico, constantemente eram realizadas conferências nas escolas, nas associações operárias etc, como parte da intensa campanha cultural contra o bolchevismo. (Grifos nossos).

Exemplo mais significativo foi a participação do líder do Partido Comunista, na Paraíba, João Santa Cruz de Oliveira. Nas comemorações de 26 de julho de 1938, às 18 horas, fechavam a solenidade oficial, na Praça João Pessoa, os discursos de João de Deus Mindêllo, Luis Pinto e João Santa Cruz de Oliveira. Estava o comunista participando da mesma festa organizada pelo interventor Argemiro de Figueiredo, três anos depois de ser preso por este, na chamada Intentona Comunista.

A arte também cumpriu seu papel nas festividades do mito João Pessoa. O cinema, por exemplo, ao mesmo tempo veio reafirmar com louvor a memória do ex-presidente. Nas comemorações de 1935, foi exibido, nos cinemas da capital, o filme “A vida pela

liberdade”, película que documentava os acontecimentos vividos em 1930. O porta-voz oficial assim se reportava sobre a exibição;

A fim de exhibir num dos nossos cinemas o film “A Vida pela Liberdade” encontra-se nesta capital, vindo da Bahia, o Sr. Alcides de Souza. Essa pellicula, que documenta os acontecimentos que encheram dias de agitação e de soffrimentos, vividos pela Parahyba, merece ser vista pela população pessoense, que venera a memória do seu Grande Presidente. (Jornal *A União*, 24 jul. 1935, capa)

No dia seguinte, o jornal oficial noticiava mais uma nota sobre os usos do cinema na socialização da memória histórica de João Pessoa. Anunciava que, no Cinema “Rio Branco”, por deliberação do seu diretor, Einar Svendsen, seriam projetadas as películas dos funerais de João Pessoa bem como das suas viagens aos estados de São Paulo e Minas Gerais, durante a campanha da Aliança Liberal. Em 1939, o filme dos funerais voltou a ser exibido, conforme divulga o periódico estatal.

Assinala Ozouf (1988, p.219) que

(...) as festas da Revolução são festas faladas, muito mais do que festas mostradas ou representadas (...) Acolhem intermináveis discursos, encarregados de precisar seu alcance histórico. São sempre cuidadosas em limitar o desvio da interpretação, confiando a uma guarnição de cartazes e bandeiras, nos seus cortejos, o sentido dos grupos que desfilam. (...) A decoração, pouco confiante em sua pedagogia tácita, necessita de palavras para estabelecer sua adequação à cerimônia. Sente-se que importa menos a essas festas renovar uma emoção do que **fixar uma narrativa**. (Grifos nossos).

Evidentemente que a autora está se referindo às festas de comemoração da Revolução Francesa. Isso não implica dizer que não possamos pensar o caso da “Revolução de 1930”, à luz desse referencial. Talvez possamos fazer um reparo à frase final da citação, no sentido de que se renovava a emoção social para fixar a narrativa.

Comemorar João Pessoa e a “revolução”, anualmente, no 26 de julho, passava por práticas festivas demasiadamente faladas. O poder da retórica se fazia operante no sentido do *fazer crer*. Em todos os espaços institucionais, desde a pregação do arcebispo, passando pelas preleções escolares e a festa na Praça, havia uma numerosa gama de discursos. No entanto, como fez notar Ozouf, as palavras não eram pronunciadas sem um acompanhamento decorativo, os símbolos e o embelezamento da festa funcionavam de forma a se juntarem ao poder das palavras, no sentido de fixar a narrativa e assegurar a compreensão da mensagem.

Pelo que podemos perceber, da documentação colimada, os custos financeiros das festas cívicas do 26 de julho não eram ônus apenas do aparelho de Estado. Havia contribuições de toda parte. Em 1931, por exemplo, os funcionários da Prefeitura da Capital, da alfândega, os operários da Pedreira Cobé, estavam na lista de “patrocinadores” da Semana de João Pessoa. Os grupos populares, quando não contribuíam diretamente com as festividades, empenhando determinadas quantias, acabavam arcando com os custos de uma consolidação da memória histórica, cujos objetivos eram legitimar um governo das elites. Isso porque havia uma mercantilização de símbolos, a fim de cobrir as despesas com a construção de *lugares de memória*. A título de exemplos, cabe-nos citar a venda do retrato de João Pessoa para ser utilizado nas lapelas, e de bandeirinhas do “Nego”, cujos recursos, em tese, destinavam-se à construção do arco do triunfo. Também com o mesmo destino, foram postos à venda 800 folhetos biográficos de João Pessoa, de autoria do Dr. José Euclides.

O Jornal *A União* também traz as seguintes notas publicitárias: “*A manteiga ‘JOÃO PESSOA’ encontra-se à venda em toda parte*”; (*A União*, 28 jul. 1932, p.8) “*Comer só manteiga ‘JOÃO PESSOA’ é ter amor à saúde;*” (*Jornal A União*, 28 jul. 1932, p. 12) “*Addicione todas as manhãs ao café, um pouco de manteiga ‘JOÃO PESSOA’ e verá que bebida deliciosa.*” (*Jornal A União*, 28 jul. 1932, p. 10) Deduzimos, pois, que devia se tratar de um pequeno negócio privado, mas que se apropriou da marca simbólica de poder preponderante naquele momento. Devem os liberais tê-la consumido demasiadamente!

O livro “*Do Grande Presidente*”, de Ademar Vidal, editado pela Gráfica Oficial, foi posto no mercado com o faturamento destinado ao Orfanato D. Ulrico.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. v. 18, nº 36, 1998. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 25 jun. 2006.

_____. O Ensino de História como fator de coesão Nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de História**. v. 13, nº 23/26, 1992/1993, p. 163-174.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3 ed. Editora Presença/Martins Fontes, s/d.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.) **O ensino de História e a criação do fato**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.43-72.

_____. (Org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Pátria, Civilização e Trabalho: O Ensino de História nas Escolas Paulistas (1917- 1939)**. São Paulo: Loyola, 1990.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOMENY, Helena. (Org.) **Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução: 70 Dias na Presidência do Estado da Paraíba**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1932.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um Estudo Sobre seu Pensamento Político**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CURY, Cláudia Engler. O Papel dos Intelectuais na Configuração da Brasilidade e das Políticas de Educação: Cultura nos Anos Trinta do Século XX. **Revista Educação em Foco**. v. 7. nº 2. set./fev. 2002/2003. Disponível em www.faced.ufjf.br. Acesso em: 7 ago.2006.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: Leituras de M.Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. v. 13, nº 25/26,1993, p.97-103.

DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil: O Ensino de História pelo Rádio. **Revista Brasileira de História**. nº 33, 1997. www.scielo.br. Acesso em: 4 set.2006.

DETIENE, Marcel. O Mito. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) - **História: Novos Objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local- 1905-1930**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

FAUSTO, Boris. A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**- São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, Regina Célia. A História e o Oceano da Memória: Algumas Reflexões. **Revista Saeculum/ UFPB**, nº 4/5,1999, p 13-39.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOFFLY, José. **Revolta e Revolução: Cinquenta Anos Depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JULLIARD, Jacques. A Política. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro, F.Alves, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada: Um Estudo Sobre a Formação do Centralismo em 1930**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1984.

MELO, Fernando. **João Dantas: Uma biografia**. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2002.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: **Projeto História**. nº 10, 1993, p7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Revista de Estudos Históricos**. v.2, n. 4, 1989. disponível em www.cpdoc.fgv.br. Br. Acesso em: 4 ago. 2006.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) **História: Novos Objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, p. 216-232.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista de Estudos Históricos**., v.2, n.3, 1989. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 4 mar. 2006.

_____. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos Históricos**. v. 5, n. 10. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 4 mar. 2006.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTANA, Martha M. F. de Carvalho. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba (1930 -1940) João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: As Utilizações Sociais da Memória. **Revista Brasileira de História**. v.22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SYLVESTRE, Josué. Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo; fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: O Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

Livros de Atas das Sessões Legislativas (julho a setembro de 1930)

Livro de Projetos de Leis e Pareceres (julho a setembro de 1930)

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP)

Jornal *A União* (1930-1945);

Jornal *A União*, 9 maio. 2004.

Arquivo Privado de Adhemar Vidal;

Arquivo Privado de João Pessoa;

Série Produção Intelectual (1910-1940)

ARQUIVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP)

Inventário de Bens Móveis e Integrados do IPHAEP.

ARQUIVO MAURÍLIO DE ALMEIDA

Jornal *Correio da Manhã* (1930-1933)

Jornal *A Liberdade* (1930)